

Entre o libertário e o estadista: sobre os diálogos democráticos de Antônio Sérgio

MARO LARA MARTINS*

Resumo:

Da extensa obra de Antônio Sérgio, *Diálogos de Doutrina Democrática* pode ser considerado exemplo de reflexão política dirigida ao problema específico do poder e seus corolários, a partir de imagens geradas por diferentes esforços de invenção intelectual. Se relacionam ao lugar do narrador, à definição das bases da sociabilidade, aos modelos de justiça e aos critérios de racionalidade, no que diz respeito à ideia de democracia, à Liberdade e autoridade, à ideia de tempo histórico, aos paradigmas e exemplos de política, ao Estado, ao problema da economia capitalista e do cooperativismo, e, às ideias de reforma e revolução.

Palavras chave: democracia; Portugal; Antônio Sérgio.

Abstract:

The extensive Antônio Sérgio's works, *Diálogos de Doutrina Democrática* can be considered an example of political debate addressed the specific problem of power and its corollaries, from images generated by different efforts intellectual invention. Relate to the place of the narrator, the definition of the basis of sociability, to the models of justice and criteria of rationality, with regard to the idea of democracy, freedom and authority, the idea of historical time, the paradigms and examples of policy, the state, the problem of the capitalist economy and cooperatives, and the ideas of reform and revolution.

Key words: democracy; Portugal; Antônio Sérgio.



* MARO LARA MARTINS é Doutor em Sociologia pelo IESP-UERJ.



Antônio Sérgio (1883-1969)

“E trabalha por te tornares dispensável. Assim faço eu.”
(SÉRGIO, 1974: 35)

1. Introdução

Da extensa obra de Antônio Sérgio, *Diálogos de Doutrina Democrática* pode ser considerado mais um exemplo de reflexão política, dirigida ao problema específico do poder e seus corolários, a partir de imagens geradas por diferentes esforços de invenção intelectual, empreendidos ao longo do tempo, nas quais estão empreendidas ordenações sociais e políticas que se relacionam ao lugar do narrador, à definição das bases da sociabilidade, aos modelos de justiça e aos critérios de racionalidade.

Em livro sobre a obra de Antônio Sérgio, Campos Matos definiria a forma de escrita de Antônio Sérgio, autor português, relacionando-o a seu ofício de pedagogo e as suas intensas preocupações com a teoria da educação. Assim, se estabeleceria diversos diálogos dentro da obra de Antônio Sérgio, com vertentes internalistas e externalistas ao próprio texto. (MATOS, 1989) De todo modo, como alertaria outro intérprete da obra de Sérgio, seus textos de filosofia política, sociologia e história, revelariam uma espécie de poligrafia típica de intelectuais preocupados com a ação no mundo público. (PRINCIPE, 2004) Assim, estilo de escrita, atuação

intelectual e ampliação temática constituem vetores dos diálogos escritos por Antônio Sérgio.

Especificamente, no diálogo sobre doutrina democrática, aparecem dois personagens centrais, o libertário e o estadista, estão em posições opostas, cada qual representando um modelo teórico diferente às questões básicas formuladas implicitamente pelo próprio Autor, no que diz respeito à ideia de democracia, à Liberdade e autoridade, à ideia de tempo histórico, aos paradigmas e exemplos de política, ao Estado, ao problema da economia capitalista e do cooperativismo, e, às ideias de reforma e revolução.

A partir desse antagonismo opinativo, existe sub-repticiamente a associação dos pensamentos do libertário democrata aos do seu próprio criador. O libertário é aquele que corrige as contradições alheias, não somente as contradições observadas nas ideias e no “espírito” do seu oponente, o Estadista Burguês, assim como as contradições materiais contidas na dinâmica material do capitalismo. Assim, o libertário apresenta uma coerência fundamental em suas propostas, pois “não é só a mística democrática, é a inteligência democrática superior à dos fascistas.” (SÉRGIO, 1974: 8) A preocupação central do personagem coerente, é com “a necessidade da democracia – a de todas as teses da democracia.” (SÉRGIO, 1974:5).

Como veremos adiante, coerência, fidelidade, justiça, veracidade e sinceridade são axiomas básicos da postura do libertário, verdadeiro

democrata, no mundo. Postura que se coloca no âmbito da esquerda.

É da direita, por exemplo, o homem que mostra a preocupação constante de não desagradar aos poderosos; é da esquerda o que, em questões de justiça, se não importa de desagradar aos poderosos, à Alta Traficância, à Ganância Alta. Ou ainda, e por outra fórmula: é da esquerda o indivíduo que, em questões de justiça, não deixa tudo para as calendas gregas. Nós, porém não desistimos da justiça para os homens *de hoje*, na medida do possível para os homens de hoje. A que for alcançável, desejamos tentá-la. Ora, prova a experiência que alguma é possível. (SÉRGIO, 1974: 43)

Essa possibilidade de intervenção inerente ao curso da história, define-se pelo inter-relacionamento de órgãos e sistema de ideias, meios e fins. Para o democrata, “os *meios* a empregar na obra devem ser da natureza dos *fins*. Para fins fraternos, meios fraternos com sentimentos constantes do amor ao próximo.” (SÉRGIO, 1974: 28)

Os *órgãos* são simples *meios* práticos, meros instrumentos ocasionais (sempre imperfeitos e aperfeiçoáveis) de realizar o *sistema das ideias*. “O admitirmos a necessidade de aperfeiçoar os órgãos não significa que sintamos necessidade alguma de modificar o sistema das ideias.” – (...) porque deseja o *fim*, é que ocorre o pensamento de aperfeiçoar os *meios*. (...) Se pretendemos modificar os *órgãos* é só pelo desejo de nos aproximarmos *mais*, na prática, do *sistema de ideias* (de teor democrático. Longe de esse desejo, portanto, significar menos confiança nas ideias, ele significa, pelo contrário, uma confiança nelas cada vez maior. Temos a máxima confiança, pois, no *sistema de ideias* da democracia (, no governo do povo

pelo povo, uma vez que o eduquem para se governar a si mesmo, para se governar economicamente através das cooperativas e dos sindicatos livres). A democracia política e a democracia econômica pressupõem-se reciprocamente, e as imperfeições da democracia política resultam em grande de não haver a social. (SÉRGIO, 1974: 6)

A história triste da República em Portugal, advém da dissociação entre as diversas manifestações da democracia: a democracia econômica, a democracia política e a democracia social. Pelas lições da experiência, torna-se possível chegar ao fim de uma democracia totalizada pela Liberdade e ancorada pela moral cristã, “tal finalidade, para nós, deve ser a de assegurar para os dias futuros um funcionamento melhor da democracia política, e lançar as bases criadoras da democracia social, sem a qual a democracia política estará em perigo de se perverter.” (SÉRGIO, 1974: 11)

Enquanto as propostas do Estadista se baseiam “numa solução condenada pela experiência” (SÉRGIO, 1974:18) a ampla reforma indicada pelo Libertário seguem a marcha inexorável da história. Essa ideia reformista, baseada no “trabalho construtivo de todos os dias” (SÉRGIO, 1974:13), tratar-se-ia de difundir com o auxílio dos poderes públicos, “o que se acha estudado, experimentado, provado, em mais de um século de realizações” (SÉRGIO, 1974: 33), o que expressa uma concepção de política e de história antagônica entre os personagens (e suas ideias) rivais. No fundo, a oposição entre os personagens se faz a partir de dois paradigmas de política e de vida presente nos diálogos, é o tema que discutirei a seguir.

2. Cristo e Maquiavel: dois paradigmas.

Se Maquiavel é o exemplo de política para o Estadista, Cristo o é para o Libertário. Cristo, e seu exemplo de vida (o Evangelho), representam a conduta libertária cotidiana, cujos princípios morais são intransigentes. Não há concessões há serem efetuadas. A retidão impera. O Novo Testamento é a base teórica e revelação da mensagem divina através do seu Enviado, que de certo modo reafirma a gênese do mundo. Esses princípios transcendentais, que suspensos na vida espiritual são os códigos do comportamento político, são absolutamente indispensáveis no fazer política. “Os verdadeiros princípios da democracia mantêm-se no plano do que é eterno. Ninguém suponha que destruiu o Espírito.” (SÉRGIO, 1974: 75) O Catolicismo, ou melhor, uma interpretação da vida de Cristo como guia mestra da história, torna-se também uma espécie de doutrina política.

Para Antônio Sérgio, pela interlocução do Libertário, o valor supremo da liberdade é ser concebido como missão divina. Neste sentido, os fins a serem atingidos são o de libertação, em contraponto ao uso inconveniente da autoridade. Como vimos acima, para Antônio Sérgio os meios devem ser compatíveis com os fins. – Liberdade – “Demais, todo condicionamento da liberdade dum homem provém da necessidade de respeitar a dum outro; de maneira que é a liberdade que condiciona, ao cabo de contas, a autoridade. E é logicamente inevitável que seja assim, porque a autoridade nunca pode ser senão um meio; a autoridade só se justifica pelo fim ou objetivo.” (SÉRGIO, 1974: 20)

A autoridade, portanto, deve ser concebida como *meio* para a liberdade, e não como *fim* em si mesmo. Este aspecto transcendente e a-histórico é um princípio doutrinário.

Deus poderia, se o houvesse querido, ter evitado a existência do mal; não a evitou, porém, porque quis respeitar a liberdade humana. A Criação, pois, é como é, porque o Criador se quis obrigar a respeitar a liberdade da criatura. O Deus dos católicos enunciou a lei; não a instituiu, porém, a censura, e deixou-nos a liberdade do proceder, com a responsabilidade dos nossos atos. (...) O verdadeiro religioso não pode ser senão democrata. (SÉRGIO, 1974: 19)

Além da inter-relação entre a verdade da democracia e o axioma da liberdade humana, outro ponto fundamental para a armação teórica do libertário sincero é conceber Jesus como fonte da sociabilidade humana, assim, “libertar, por excelência, é que é a verdadeira missão divina.” (SÉRGIO, 1974: 22)

No maquiavelismo do Estadista, pelo contrário, é a própria doutrina que inferioriza o homem, é o próprio ideal que é um ideal de queda, de abaixamento, de corrupção, de sacrifício da ordem invisível e espiritual. “O maquiavélico, em suma, destrói a sociabilidade intrínseca e do espírito, a favor de uma ordem que é só material.” (SÉRGIO, 1974: 53)

Ao modo de ver do libertário, os vícios do maquiavélico associam-se aos próprios princípios que de certo modo ordenam as ações na política e nas relações entre os homens. “Pôr a matéria acima do espírito; as coisas, acima da alma; afogar a moral na conveniência política, e sacrificar sempre a uma ordenação coisista, material, visível, a ordenação intrínseca da consciência.” (SÉRGIO, 1974: 57)

Dessa forma, Cristo e Maquiavel “são dois polos opostos, em antagonismo absoluto e essencialíssimo.” (SÉRGIO, 1974: 14) Se para o Libertário o Evangelho representa o exemplo de vida,

e a conduta moral transcendente e verdadeira, que apregoa a sinceridade, o amor ao próximo, a justiça e a necessidade de princípios morais intransigentes rumo à Liberdade. Ao contrário, Maquiavel é o exemplo para a política e conseqüentemente para o trato do mundo público. Representam, para o Libertário, o “mundo das necessidades e exaltação da *aparência* (perversão da mente)”, o “máximo triunfo do diabólico” no mundo. Essas ideias são fruto de uma concepção de história que se repete, sem um fim justo e inteligível ao Espírito, uma concepção circular sem racionalidade. O sentido da história libertária é racional, existe uma razão de ser do tempo histórico. Para o Estadista, “os vícios da administração, os defeitos da nossa mentalidade e da nossa ação privada e pública são ainda os mesmos”, os remédios portanto, são sempre os mesmos. A história mundana, mesquinha e material, serve ao político através dos exemplos circulares que apresenta. (SÉRGIO, 1974: 57-60)

O que se chama ‘crise da democracia’ é um simples aspecto superficial das coisas; o que existe profundamente é uma grande crise do capitalismo: e na ânsia de o abaterem ou de o quererem salvar, estabelecem-se os governos de estatismo forte, os quais destroem pela violência as formas obsoletas da democracia. Pois que caíam as formas obsoletas... (...) O maquiavelismo é uma habilidade política: a Democracia, porém, tem o caráter de uma religião. A mística democrática. Se Deus é Espírito (como afirma Cristo) é bem por Deus que combatemos nós. (SÉRGIO, 1974: 75)

No fundo o que está em discussão são as inter-relações entre três conceitos que servem de alicerce para a montagem das doutrinas políticas do Libertário e do

Estadista: a liberdade, a democracia e o Estado. É o que passarei a discutir.

3. Liberdade e Democracia, Estado e Economia.

Para o Libertário, catolicismo e doutrina política são indissociáveis na postura interior e exterior dos homens. “O catolicismo, em sua doutrina, deve ser considerado como uma religião; e, como tal, nem será da direita nem será da esquerda. Não se pretende dizer com isso, todavia, que não haja doutrinas de caráter político com maior compatibilidade com a moral cristã: mas esses são, precisamente, as doutrinas da esquerda.” (SÉRGIO, 1974: 13) E essas doutrinas de esquerda, pelo menos na vertente que considera a autenticidade, a justiça e a verdade como princípios irreduzíveis, leva em consideração a questão do ideal democrático “que é eterno, porque deriva da estrutura da consciência humana. A razão exige-o como um fim; a experiência, depois seleciona os meios, aperfeiçoa os órgãos.” (SÉRGIO, 1974:7) Dessa forma, “o ideal democrático é exigente; está acima de nós.” (SÉRGIO, 1974: 53)

O homem só é feliz quando há liberdade. Portanto, a felicidade é a manifestação da liberdade, sentimento físico e espiritual. A regra absoluta da alma livre, que leva à grandeza espiritual, associa-se ao desprendimento do poder:

nunca aclamar um senhor governante, seja este liberal ou não o seja; por maioria de razão, nunca ser tímido diante dele, não sentir por ele instintivo respeito ou temor aflitivo ante seu contato: mas conservar uma atitude desprendida, crítica, ainda que concordemos com a sua obra, ainda que o ajudemos na sua ação. As almas liberas, -as bem nascidas,- só se comovem e interiormente se inclinam ante as puras grandezas espirituais, quando

desacompanhadas de qualquer poder.
(SÉRGIO, 1974: 24)

A democracia, pois, é a limitação da autoridade pela livre opinião, cuja característica é o máximo possível de consciência pela veracidade. “A democracia pode ser apresentada, portanto, como aplicação da ideia cooperativista ao problema do consumo dos serviços públicos; o cooperativismo, por seu lado, é a aplicação do ideal democrático no campo da administração da vida econômica,” (SÉRGIO, 1974: 78) ancorado pela lei da consciência dessubjetivada, que se refere à “obediência sensível quando for necessária, jamais porém a obediência do espírito, jamais a limitação do nosso juízo próprio, quando iluminado pela luz racional.” (SÉRGIO, 1974: 56)

O Estado para o Libertário, não passa de um conjunto orgânico de serviços públicos, de que os livres cidadãos são os usuários. “A incorporação da Nação no Estado é que para nós, democratas, a maior das monstruosidades. O Estado, na nossa doutrina, deve ser uma associação como outra qualquer, e de natureza essencialmente caduca.” Nesse sentido, o Estado deve se tornar paulatinamente inútil, uma concepção de supressão gradual do Estado diante de outras fontes de sociabilidade “e que se vá apagando gradualmente ante a Sociedade Cooperativa, ante a Democracia dos Consumidores.” (SÉRGIO, 1974: 67) Assim, “o Estado minguará, aos poucos, por si mesmo, à medida que a Cooperativa se desenvolver.” (SÉRGIO, 1974: 63)

Essa recusa ao papel preponderante do Estado, é a base primordial para a crítica às outras doutrinas políticas sejam elas de esquerda, como no caso do comunismo (bolchevismo) soviético, ou de direita como as opções do

Estadonovismo português. Diz o Libertário:

Libertário sou eu, não são os comunistas; e, em três pontos, pelo menos, estás tu (o Estadista) pertíssimo dos homens soviéticos; e estou eu longíssimo. A saber: (1) na predileção por um Estado forte, quer dizer, pela tirania dos magnetes do Estado; (2) no emprego sistemático da violência; (3) na pouca consideração, enfim, pela liberdade individual, no campo moral, jurídico e político. (SÉRGIO, 1974: 27)

O problema central está nos métodos de ação, que trazem consigo as inter-relações entre meios e fins. Para as outras doutrinas, o método é o da política, essencialmente é o da “conquista dos órgãos do Estado, pela revolução ou pelo voto. Para mim (Libertário), pelo contrário, o método é essencialmente de natureza econômica: é a ação privada dos consumidores na criação das cooperativas. É um socialismo antiestatal.” (SÉRGIO, 1974: 35)

A ideia da Democracia Cooperativa, cerne da opção libertária, tem como ponto de partida o próprio regime do capitalismo, “e coloca-se no campo da competência econômica com o atual comércio capitalista. Cria a Sociedade Nova, desde já, dentro da velha.” (SÉRGIO, 1974:35) A viabilidade do projeto da democracia cooperativa, como uma espécie de *horizonte de expectativa*¹ do libertário, substitui as mazelas materiais e morais do capitalismo. A Democracia, levada pela Cooperativa para o campo específico da vida econômica, é a forma social do Cristianismo.” (SÉRGIO, 1974: 73)

¹ Termo utilizado por Koselleck, ao lado do conceito de *espaço de experiência*, para refletir sobre a percepção e construção teórica do *tempo histórico*.

Como visto acima, o Estado deve auxiliar o advento da Democracia Cooperativa, “não a pode, porém, criar. (...) Essa capacidade só a adquirem eles por meio da prática do cooperativismo.” (SÉRGIO, 1974: 35) Afinal de contas, este *horizonte de expectativa* se torna desejável e necessário em franca oposição ao chamado *espaço de experiência* do Libertário.

Para ele, o campo da economia deve conceber a coexistência de três regimes de economia, a cooperativa de consumo para a alimentação, a habitação, o vestuário, os divertimentos, a chamada régie cooperativa para os grandes serviços públicos como a viação, correios, eletricidade e irrigação, e por fim, o regime da produção individualista para pequenas indústrias especiais e artísticas. Obra possível, a partir da técnica e da fiscalização, empreendidas rumo ao grande organismo cooperativo, no qual a produção se tornaria racionalizada para o consumo.

No capitalismo, a existência e a busca do lucro levam a conceber a economia sob o ponto de vista da produção, o que significa a guerra entre os produtores e entre as diferentes classes de produtores. Para o Libertário, “a guerra das classes, não é uma teoria dos revolucionários: é antes a própria maneira de ser de todo o regime capitalista, e daquele conceito da Economia que se coloca no plano da produção. Vem do regime, e não da vontade dos trabalhadores.” (SÉRGIO, 1974: 66) Nestes termos, o lucro desmoraliza os homens (através do pecado capital da ganância), sendo sobrepujado somente pela ideia do consumidor-cidadão.

Dessa forma, os verdadeiros democratas pretendem suprimir a luta das classes pela supressão gradual das próprias classes, anulando o antagonismo dos produtores ao traçar uma perspectiva da

“economia sob o ponto de vista do consumo, dominada pelas exigências do consumo, e não sob o ponto de vista da produção, como é próprio do capitalismo.” (SÉRGIO, 1974: 66)

Portanto, a questão da reforma agrária associa-se a um problema moral, que diz respeito aos princípios irredutíveis da justiça, da liberdade e da dignidade humana. Em outras palavras, as principais razões de uma reforma agrária (como de todas as reformas de natureza econômica) são as razões morais, as razões de justiça. Para o Libertário, o principal motivo de uma reforma agrária “não é o aumento da produção nem quaisquer resultados materiais. (...) Para nós (ele) o essencial é a dignidade da pessoa humana, inconcebível sem a liberdade; para nós os idealistas, o que há aí é liberdade e justiça.” (SÉRGIO, 1974: 41) Dessa forma, o aprimoramento material, para o democrata, são fatores associados ao “melhoramento interior, e a emancipação econômica não passa para ele de um simples meio de emancipação moral, de um mero instrumento da liberdade do espírito.” (SÉRGIO, 1974: 41)

4. Considerações finais.

Para o Libertário, o processo civilizatório refere-se a dois pontos intercambiáveis entre si, o aspecto material e o aspecto espiritual. Essa “ideia de civilização interior é a que vemos dominar nos Evangelhos: a veracidade, a fraternidade, a igualdade, o amor ao próximo como a nós mesmos.” (SÉRGIO, 1974: 73) Dessa forma, a ideia de civilização é de natureza francamente cristã, interior, dinâmica, racionalista”, posta em movimento pela ideia de continuidade da Revolução Cristã, da qual a Revolução Francesa, no mundo moderno, fora apenas um apêndice. “Fraternidade, Igualdade, Liberdade. Não para diminuir a importância da Liberdade, mas porque

pela fraternidade e pela igualdade é que poderá a liberdade ser perfeita. Poderia dizer-se que as nossas lutas são ainda episódios da revolução francesa, seqüência natural da Revolução Cristã.” (SÉRGIO, 1974: 82)

Nesse sentido cristão, “civilizar-se é ir libertando-se: no espiritual, libertando-se do império das representações coletivas; no material, libertando-se das condições do ambiente,” (SÉRGIO, 1974: 25) realizando a “re-ligação” (*reiligare*) proposta pelo Evangelho, e, realizando assim, a missão divina através da reforma, método de ação por excelência da Revolução Cristã. “Cristo não veio ao mundo para redimir a Sociedade, mas sim para redimir cada um dos homens. (...) O que temos a reformar é um somatório, digamos, de certas desgraças individuais, de certos abusos individuais, de certas injustiças individuais. É para remédio dos males individuais que têm atuado os reformadores com alma, os reformadores verdadeiros.” (SÉRGIO, 1974: 59)

Para a realização destas reformas no sentido histórico inevitável, “revolucionar as coisas, reformando-as” (SÉRGIO, 1974: 10), faz-se necessário cumprir as exigências da vida moral, a liberdade, o direito à participação e a supressão do lucro. Somente assim, a permanência desta revolução mira o alvo do verdadeiro destino através da política, pois “a política é um instrumento da cultura, o estadista é um obreiro da moral; e a nossa moral, por seu turno, vem de uma revelação da consciência.” (SÉRGIO, 1974: 76)

O que está se processando no mundo é uma marcha para a esquerda, pois os corolários políticos do cristianismo “estão logicamente na ala esquerda; e se há católicos da direita, são-no por infidelidade ao Evangelho.” (SÉRGIO,

1974: 19) Para o Libertário, o que se observa, é o progresso na liberdade: “o anseio propriamente humano é sempre um anseio de libertação; o progresso propriamente humano é sempre um progresso na liberdade.” (SÉRGIO, 1974: 24) Nesse sentido, a História é a marcha para o ideal humano, pois, “a história não se repete; todavia, através das sinuosidades de sua marcha, há um ideal humano para que se dá o avanço; e se avança, não se repete.” (SÉRGIO, 1974: 79)

Para ele, não repetimos a nossa vida por mantermos a continuidade de uma regra moral, aplicamos tal regra a situações diversas, e com esta diversidade se vai progredindo. “Variedade das aplicações, unidade da norma.” (SÉRGIO, 1974: 79) A aplicação da norma é pré-condição indispensável para atuar no mundo, pois no *fim*, o “povo fará tudo por si” (SÉRGIO, 1974:33), por isso, o homem que exerce o poder político só deve trabalhar por se tornar dispensável.

Referências

- BAPTISTA, Jacinto. **Antônio Sérgio, Bernardino Machado e as memórias de Raúl Brandão: correspondência inédita**. Coimbra: Fac. de Letras, 1983.
- KOSELLECK, Reinhardt. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto Editora; Editora PUC Rio, 2006.
- MATOS, A. Campos. **Diálogo com Antônio Sérgio**. 2ª ed. Lisboa: Presença, 1989.
- PRINCIPE, João. **Razão e Ciência em Antônio Sérgio**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2004.
- SÉRGIO, Antônio. “Diálogos de doutrina democrática.” In: _____. **Obras Completas: Democracia**. Livraria Sá da Costa, Lisboa, 1974.

Recebido em 2014-04-24
Publicado em 2014-09-12